

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONCEITOS E NOÇÕES GERAIS	41
1.1 Conceito de Constituição	41
1.2 A evolução do constitucionalismo	41
1.3 Classificação das constituições	45
1.4 Evolução histórica das Constituições Brasileiras	48
2. NORMAS CONSTITUCIONAIS	57
2.1 Princípios e regras constitucionais	57
2.2 Interpretação Constitucional	57
2.3 Classificação das normas constitucionais quanto à Aplicabilidade	58
2.4 Aplicabilidade das normas constitucionais	59
3. A ESTRUTURA DAS CONSTITUIÇÕES	64
3.1 Preâmbulo Constitucional	64
3.2 Normas Centrais	65
3.3 Disposições Constitucionais Gerais	65
3.4 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	65
4. MUDANÇA CONSTITUCIONAL	65
4.1 Nova Constituição	66
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA	67
5.1 Formação da República	68
5.2 Soberania	68
5.3 Presidencialismo	69
5.4 Federação	70
5.5 Divisão de poderes	71
5.6 Cidadania	73
5.7 Dignidade da pessoa humana	73
5.8 Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	73
5.9 Pluralismo político	74
5.10 Princípios nas relações internacionais	74
5.11 Objetivos da República	77
6. PODER CONSTITUINTE	78
6.1 Características do Poder Constituinte Originário	78
6.2 Poder Constituinte Reformador	78
6.3 Poder constituinte derivado revisor	79
6.4 Poder constituinte derivado decorrente	80
7. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	80
7.1 Introdução	80
7.2 Espécies de controle de constitucionalidade	81
7.3 Controle judicial de constitucionalidade	82
7.4 Objetivação do controle difuso de constitucionalidade	93
7.5 Transcendência dos motivos determinantes	94
7.6 Interpretação conforme a Constituição	95
7.7 A questão da lei “ainda constitucional”	96
7.8 Modulação dos efeitos das decisões	97

8. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	98
8.1 Introdução.....	98
8.2 Direitos fundamentais como princípios.....	100
8.3 Colisão entre direitos fundamentais.....	100
8.4 Âmbito de proteção normativa.....	101
8.5 Gerações de direitos.....	102
8.6 Proteção aos estrangeiros.....	104
8.7 Eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.....	105
8.8 Tribunal Penal Internacional.....	106
8.9 Tratados Internacionais.....	108
8.10 O art. 5º da CF.....	110
9. GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	126
9.1 Direito à informação.....	126
9.2 Direito de petição.....	127
9.3 Inafastabilidade do Poder Judiciário.....	128
9.4 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.....	130
9.5 Vedação à criação de juízo ou tribunal de exceção e postulado do juiz natural.....	134
9.6 Anterioridade da Lei Penal.....	136
9.7 Irretroatividade da lei penal.....	137
9.8 Devido processo legal.....	138
9.9 Contraditório e ampla defesa.....	144
9.10 Inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos.....	147
9.11 Presunção de não-culpabilidade.....	148
9.12 Direitos dos presos.....	150
9.13 Extradicação e crime político ou de opinião.....	154
10. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	156
10.1 Habeas Corpus.....	156
10.2 Mandado de segurança individual.....	161
10.3 Mandado de segurança coletivo.....	166
10.4 Mandado de injunção.....	169
10.5 Habeas data.....	174
10.6 Ação popular.....	175
11. NACIONALIDADE.....	179
11.1 Critérios para aquisição de nacionalidade.....	180
11.2 Condição jurídica do brasileiro nato e do brasileiro naturalizado.....	182
11.3 Perda de nacionalidade brasileira.....	183
11.4 Situação do estrangeiro no país.....	184
11.5 Símbolos do Estado brasileiro.....	184
12. DIREITOS POLÍTICOS.....	184
12.1 Soberania popular.....	184
12.2 Processo eleitoral.....	187
12.3 Impugnação de mandato eletivo.....	197
12.4 Alteração do processo eleitoral.....	197
13. PARTIDOS POLÍTICOS.....	198
13.1 Autonomia e personalidade jurídica.....	199
13.2 Direitos dos partidos políticos.....	199
13.3 Fidelidade e disciplina partidárias.....	199
13.4 Rendas dos partidos políticos.....	200
14. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	201
14.1 Organização político-administrativa.....	201
14.2 Da União.....	201
14.3 Dos Estados federados.....	203

14.4 Dos municípios	204
14.5 Do distrito federal	206
14.6 Da intervenção	206
15. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	208
16. PODER LEGISLATIVO	209
16.1 Atribuições	210
16.2 Estatuto dos congressistas	216
16.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	219
17. PROCESSO LEGISLATIVO	220
17.1 Tipos de procedimentos legislativos	220
17.2 Processo ordinário	221
17.3 Processo sumário	226
17.4 Procedimentos especiais	226
18. PODER EXECUTIVO	235
18.1 Presidente da República	235
18.2 Ministros de Estado	240
18.3 Conselho da república	241
18.4 Conselho de Defesa Nacional	241
19. PODER JUDICIÁRIO	242
19.1 Disposições gerais	242
19.2 Supremo Tribunal Federal	246
19.3 Conselho Nacional de Justiça	250
19.4 Superior Tribunal de Justiça	252
19.5 Tribunais Regionais Federais	255
19.6 Justiça especializada	256
19.7 Justiça comum	257
20. MINISTÉRIO PÚBLICO	259
20.1 Autonomia funcional e administrativa	259
20.2 Abrangência	259
20.3 Funções institucionais	260
20.4 Garantias	261
20.5 Vedações	261
20.6 Ingresso na carreira	262
20.7 Conselho Nacional do Ministério Público	262
21. ADVOCACIA PÚBLICA	264
21.1 Advocacia-Geral da União	264
21.2 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	264
21.3 Procuradorias dos Estados e Distrito Federal	264
21.4 Defensoria Pública	264
22. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	265
22.1 Estado de Defesa	265
22.2 Estado de Sítio	267
22.3 Demais disposições	268
23. DA SEGURANÇA PÚBLICA	269
24. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	270
24.1 Intervenção do Estado na economia	270
24.2 Do Sistema Financeiro Nacional	273
25. TRIBUNAL DE CONTAS	275
25.1 Competência	275
25.2 Assuntos de interesse	276

26. ORDEM SOCIAL	277
26.1 Direitos sociais relativos à seguridade social.....	277
26.2 Direitos sociais relativos à educação, à cultura e ao esporte	278
26.3 Ciência, tecnologia e inovação	279
26.4 Comunicação Social.....	280
26.5 Direitos sociais relativos ao meio ambiente	282
26.6 Direitos sociais relativos à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas portadoras de deficiência.....	282
27. INDIOS	282

DIREITO FINANCEIRO

1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	289
1.1 Princípio da publicidade.....	289
1.2 Princípio da transparência	289
1.3 Princípio da exclusividade.....	290
1.4 Princípio da anualidade	290
1.5 Princípio da anterioridade orçamentária	290
1.6 Princípio da programação	291
1.7 Princípio do equilíbrio orçamentário	291
1.8 Princípio da unidade	291
1.9 Princípio da universalidade.....	291
1.10 Princípio da legalidade.....	291
1.11 Princípio da não vinculação ou da não afetação da receita de impostos	292
1.12 Princípio da especialidade	293
2. ORÇAMENTO	293
2.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.....	293
2.2 Lei do plano plurianual	295
2.3 Lei de diretrizes orçamentárias.....	296
2.4 Lei orçamentária anual	298
2.5 Leis orçamentárias: espécies e tramitação legislativa	300
2.6 Emendas à lei orçamentária	301
2.7 Orçamento impositivo	303
3. FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	305
3.1 Modalidades de controle – controle interno, externo e privado.....	306
4. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL E LEGAL DOS PRECATÓRIOS.....	307
5. DESPESA PÚBLICA	311
5.1 Conceito e classificação de despesa pública	311
5.2 Realização da despesa pública	312
5.3 Tópicos da despesa pública e a IRF – LC 101/2000	314
5.4 Restos a pagar – art. 42 Da IRF	314
6. RECEITA PÚBLICA	314
6.1 Conceito, ingresso e receitas	314
6.2 Classificação das receitas públicas.....	316
6.3 Receita pública e a IRF – LC 101/2000	318

7. PREÇO PÚBLICO, TARIFA E TAXA	319
8. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA.....	319
9. CRÉDITO PÚBLICO	321
9.1 Dívida pública.....	322
9.2 Dispositivos constitucionais e legais acerca do crédito público.....	322
9.3 Lrf – vedações – crédito público	323
10. CRÉDITOS ADICIONAIS	324
11. INFRAÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS – LEI 10.028/2000	326
12. LEI COMPLEMENTAR 141/2000	330

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	335
1.1 Evolução histórica	335
1.2 Estrutura	335
2. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	336
2.1 Princípio da legalidade	336
2.2 Princípio da anterioridade	339
2.3 Princípio da isonomia.....	341
2.4 Princípio da irretroatividade	342
2.5 Princípio da capacidade contributiva	342
2.6 Princípio da vedação do confisco.....	342
2.7 Princípio da liberdade de tráfego.....	342
2.8 Outras limitações ao poder de tributar.....	342
2.9 Imunidades.....	343
3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE TRIBUTO	347
3.1 Impostos	348
3.2 Taxas	350
3.3 Empréstimos compulsórios.....	351
3.4 Contribuições de melhoria.....	351
3.5 Das contribuições especiais	351
4. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	352
4.1 Competência tributária	352
4.2 Quadro de competência tributária	353
5. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	354
5.1 Fontes	354
5.2 Vigência e aplicação da lei tributária	357
5.3 Interpretação e integração da lei tributária.....	358
6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, FATO GERADOR, RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	360
6.1 Fato gerador.....	361
6.2 Classificações do fato gerador	362
6.3 Norma antielisão.....	362
6.4 Do sujeito ativo da obrigação tributária	362
6.5 Do desmembramento territorial e a sujeição ativa	362
6.6 Da condição suspensiva e resolutória	363
6.7 Atividades ilícitas	363

6.8 Sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	363
6.9 Responsabilidade por transferência e substituição	364
6.10 Sujeito passivo da obrigação acessória.....	364
6.11 Das convenções particulares e os efeitos tributários	364
6.12 Da solidariedade no direito tributário	365
6.13 Da capacidade tributária passiva	365
6.14 Domicílio tributário.....	365
6.15 Responsabilidade tributária.....	366
6.16 Da responsabilidade de terceiros	368
6.17 Atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto	369
6.18 Responsabilidade por infrações da legislação tributária	369

DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO	373
2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	374
3. DIVISÃO	374
3.1. Ministério Público da União – MPU	375
3.2. Ministério Público Estadual – MPE.....	376
3.3. Ministério Público Especial do Tribunal de Contas – MP de Contas	376
3.4. Justiça eleitoral	377
4. PRINCÍPIOS	377
4.1. Princípio da unidade/unicidade	377
4.2. Princípio da indivisibilidade.....	377
4.3. Princípio da independência funcional	377
4.4. Princípio do promotor natural	378
5. AUTONOMIAS CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	378
5.1. Autonomia funcional.....	378
5.2. Autonomia administrativa	378
5.3. Autonomia financeira.....	379
6. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	379
6.1. Inamovibilidade.....	379
6.2. Irredutibilidade de subsídio	379
6.3. Vitaliciedade.....	380
6.4. Foro por prerrogativa de função.....	380
7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS	381
8. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	382
9. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O REGIME JURÍDICO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	383
10. LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – LEI 8.625/93	384
11. ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - LEI COMPLEMENTAR 75/93.....	391
12. O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	392

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	397
2. DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	397
2.1 Do direito à vida e à saúde.....	398
2.2 Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	398
2.3 Do direito à convivência familiar e comunitária	399
2.4 Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	399
2.5 Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho	400
3. DA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	400
3.1 Guarda	401
3.2 Tutela	401
3.3 Adoção	401
4. DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL	404
5. REMISSÃO.....	405
6. ENTIDADES E PROGRAMAS	405
7. DO CONSELHO TUTELAR	405
8. CRIMES	406

DIREITO CIVIL

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO - LINDB	415
1.1 Característica e classificação das leis	415
1.2 Vigência da lei	417
1.3 Regras de integração do Direito.....	418
1.4 Aplicação da lei no tempo.....	419
1.5 Aplicação da lei no espaço	421
2. SISTEMA DE NORMAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	424
3. CONSTITUCIONALIZAÇÃO NORMATIVA DO DIREITO PRIVADO	425
4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS VETORES DO DIREITO PRIVADO	425
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CÓDIGO CIVIL	430
6. DAS PESSOAS	431
6.1 Pessoas naturais, personalidade e capacidade e as inovações do Novo CPC	432
6.2 Direitos de personalidade	438
7. PESSOA JURÍDICA.....	443
7.1 Desconsideração da personalidade jurídica.....	450
7.2 Associações	456
7.3 Fundações.....	458
8. DOMICÍLIO	462
9. BENS	464
9.1 Bens corpóreos e incorpóreos	465
9.2 Bens móveis e imóveis	466
9.3 Bens fungíveis e consumíveis.....	467
9.4 Bens divisíveis e indivisíveis	468
9.5 Bens singulares ou coletivos	469

9.6 Bens reciprocamente considerados	470
9.7 Bens públicos.....	472
10. TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO.....	477
10.1 Elementos da Relação Jurídica	477
10.2 Suporte fático.....	477
10.3 Espécies	478
10.4 Fatos jurídicos	478
11. NEGÓCIOS JURÍDICOS	481
11.1 Conceito	481
11.2 Elementos do Negócio Jurídico e planos da existência, validade e eficácia	482
11.3 Representação do Negócio Jurídico e capacidade do agente	483
11.4 Objeto Lícito, Possível, Determinável ou Determinado.....	484
11.5 Vontade	484
11.6 Forma do Negócio Jurídico	485
11.7 Classificação dos negócios jurídicos	485
11.8 Condição, Termo e Encargo.....	487
11.9 Defeitos do negócio jurídico.....	491
11.10 Invalidade do negócio jurídico.....	502
12. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	506
12.1 Conceitos	506
12.2 Prescrição	506
12.3 Decadência	514
13. PROVA DOS FATOS JURÍDICOS	515
14. OBRIGAÇÕES.....	521
14.1 Conceitos.....	521
14.2 Estrutura da relação obrigacional.....	522
14.3 Princípios gerais das relações obrigacionais.....	523
14.4 Fontes das obrigações	524
14.5 Modalidades.....	524
14.6 Transmissão das obrigações	529
15. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	532
15.1 Pagamento	532
15.2 Consignação em pagamento	536
15.3 Consignação com sub-rogação.....	537
15.4 Imputação do pagamento	537
15.5 Dação em pagamento	538
15.6 Novação.....	538
15.7 Compensação	539
15.8 Confusão.....	540
15.9 Remissão	541
15.10 Inadimplemento	541
15.11 Mora.....	544
15.12 Perdas e Danos	547
15.13 Juros Legais.....	548
15.14 Cláusula penal	550
15.15 Arras ou Sinal.....	551
16. CONTRATOS.....	552
16.1 Teoria Geral dos Contratos.....	552
16.1.1 Princípios contratuais	557
16.2 Elementos constitutivos do contrato	557
16.3 Formação dos contratos.....	558
16.4 Responsabilidade pré-contratual	558
16.5 Contratos Preliminares.....	560

16.6 Promessa e Compromisso de Compra e Venda	560
16.7 Revisão	561
16.8 Vício redibitório	564
16.9 Evicção	566
16.10 Extinção dos contratos.....	568
17. ESPÉCIES DE CONTRATOS	570
17.1 Compra e venda	570
17.2 Troca ou permuta	575
17.3 Estimatório.....	576
17.4 Doação	576
17.5 Locação de coisas.....	579
17.6 Locação de Imóvel Urbano.....	581
17.7 Empréstimo.....	590
17.8 Prestação de serviços.....	593
17.9 Empreitada.....	595
17.10 Depósito	597
17.11 Mandato	600
17.12 Comissão.....	604
17.13 Agência e distribuição	605
17.14 Corretagem	606
17.15 Transporte	607
17.16 Seguro	610
17.17 Constituição de renda	619
17.18 Jogo ou Aposta.....	620
17.19 Fiança	621
17.20 Transação.....	624
17.21 Compromisso	625
18. ATOS UNILATERAIS	626
18.1 Enriquecimento sem causa	626
18.2 Pagamento Indevido	627
18.3 Promessa de Recompensa	630
18.4 Gestão de negócios.....	631
19. RESPONSABILIDADE CIVIL	633
19.1 Elementos	633
19.2 Classificação da responsabilidade	637
19.3 Indenização	647
20. DIREITO DAS COISAS	651
20.1 Taxonomia e classificação dos direitos reais.....	652
20.2 Direitos Reais versus Direitos Obrigacionais	653
21 POSSE.....	654
21.1 Teorias e natureza jurídica.....	654
21.2 Classificação da posse	655
21.3 Aquisição da posse	656
21.4 Efeitos da posse	657
21.5 Compose	659
21.6 Proteção possessória	659
21.7 Perda da posse	662
22. PROPRIEDADE	662
22.1 Tutela da propriedade	663
22.2 Elementos	663
22.3 Classificação.....	664
22.4 Extensão da propriedade	664
22.5 Restrições à propriedade	664

22.6 Aquisição ou constituição da propriedade: Propriedade Móvel e Propriedade Imóvel	666
22.7 Propriedade resolúvel	674
22.8 Propriedade Fiduciária	674
22.9 Perda da Propriedade Móvel e Imóvel	675
22.10 Função Social da Propriedade	676
22.11 Política Agrícola e Reforma Agrária	677
23. O DIREITO DE VIZINHANÇA	681
24. CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO E EDIFÍCIO	684
24.1 Voluntário.....	684
24.2 Condomínio edilício.....	685
25. DIREITOS REAIS LIMITADOS	687
25.1 Superfície.....	688
25.2 Servidão.....	689
25.3 Usufruto	690
25.4 Uso	691
25.5 Habitação	693
26. DIREITOS REAIS DE GARANTIA	694
26.1 Penhor.....	695
26.2 Espécies de penhor legal	696
26.3 Hipoteca	697
27. DIREITO IMOBILIÁRIO – LEI DE REGISTROS PÚBLICOS	700
28. DIREITO DE FAMÍLIA	706
28.1 Do direito de família após a constituição federal de 1988	706
28.2 Casamento.....	707
28.3 Dissolução da sociedade conjugal	714
28.4 Relações de parentesco.....	716
28.5 Da filiação.....	717
28.6 Poder familiar.....	720
28.7 Proteção dos filhos: guarda e convivência familiar	721
28.8 Alienação parental.....	723
28.9 Regime de bens	724
28.10 Alimentos	730
28.11 União estável.....	738
28.12 Tutela.....	745
28.13 Curatela	747
29. DIREITO DAS SUCESSÕES	748
29.1 Princípio da saisine.....	748
29.2 Espécies de sucessão	749
29.3 Sucessão por direito próprio e sucessão por representação.....	749
29.4 Da herança e de sua administração.....	750
29.5 Da vocação hereditária.....	752
29.6 Dos excluídos da sucessão.....	753
29.7 Da herança jacente e da herança vacante.....	754
29.8 Da petição da herança.....	754
29.9 Da sucessão legítima	755
29.10 Sucessão testamentária	758
29.11 Dos codicilos.....	765
29.12 Da deserdação	765
29.13 Da redução das disposições testamentárias.....	766
29.14 Da revogação do testamento	767
29.15 Do rompimento do testamento	767
29.16 Do testamenteiro	767

1. JURISDIÇÃO.....	773
1.1 Características.....	774
1.2 Modalidades de jurisdição.....	775
2. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS.776	
2.1 Habeas corpus no processo civil.....	776
2.2 Mandado de segurança individual e coletivo.....	776
2.3 Habeas data.....	783
2.4 Ação popular.....	785
2.5 Ação civil pública.....	787
3. COMPETÊNCIA.....	796
3.1 Conceito.....	796
3.2 Perpetuação da competência – perpetuo jurisdictionis.....	797
3.3 Regras de competência.....	797
3.4 Competência absoluta e relativa.....	800
3.5 Modificação de competência.....	801
3.6 Assunção de competência.....	803
4. AÇÃO.....	804
4.1 Teorias da ação.....	804
4.2 Condições da ação.....	806
4.3 Consequências da ausência de uma das condições da ação.....	812
4.4 Pressupostos processuais.....	812
4.5 Classificação das ações segundo a teoria quinária de Pontes de Miranda.....	813
5. O JUIZ: ATUAÇÃO E PODERES.....	815
5.1 O juiz: poderes, deveres e responsabilidades.....	815
5.2 Impedimento e suspeição.....	816
6. PARTES E LITISCONSÓRCIO.....	817
6.1 Partes.....	818
6.2 Litisconsórcio.....	819
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	821
7.1 Alterações trazidas no novo código de processo civil.....	821
7.2 Assistência – assistência simples e litisconsorcial.....	823
7.3 Denúnciação da lide.....	824
7.4 Chamamento ao processo.....	825
7.5 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	825
7.6 Amicus curiae.....	827
8. MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA.....	827
8.1 Ministério público.....	827
8.2 Advocacia pública e privada.....	829
8.3 Defensoria pública.....	829
9. FORMAS DOS ATOS PROCESSUAIS.....	831
9.1 Tempo.....	831
9.2 Lugar dos atos processuais.....	834

9.3 Modo ou forma “strictu sensu” dos atos processuais	834
9.4 Preclusão.....	835
9.5 Comunicação dos atos processuais	846
9.6 Vícios e invalidades processuais	849
10. TUTELA DE CONHECIMENTO (PROCESSO DE CONHECIMENTO).....	842
11. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	842
11.1 Formação do processo.....	842
11.2 Suspensão do processo.....	843
11.3 Extinção do processo	845
12. PROCEDIMENTO COMUM	849
12.1 Petição inicial	849
12.2 Improcedência prima facie (julgamento liminar de improcedência)	856
12.3 Respostas do réu.....	857
12.4 Fase de saneamento e de organização do processo.....	861
12.5 Audiência de instrução e julgamento	863
13. DA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	865
14. DIREITO PROBATÓRIO	865
14.1 Teoria geral da prova	865
14.2 Produção antecipada de prova	869
14.3 Provas em espécie	870
15. SENTENÇA E COISA JULGADA	875
15.1 As decisões judiciais.....	875
15.2 O novo conceito legal de sentença e a problemática do recurso cabível.....	876
15.3 Requisitos da sentença	879
15.3 Requisitos da sentença	879
15.4 Hipóteses em que não haverá resolução do mérito	884
15.5 Hipóteses de resolução do mérito	888
15.6 Capítulos da sentença	891
15.7 Classificações da sentença	892
15.8 Decisão sobre os pedidos	894
15.9 Congruência da sentença.....	894
15.10 Fato superveniente	895
15.11 Efeitos da sentença.....	896
15.12 Inalterabilidade da sentença pelo juiz	896
15.13 Especificidades da tutela jurisdicional	896
15.14 Ônus da sucumbência.....	897
15.15 Coisa julgada	902
16. TUTELA PROVISÓRIA.....	910
16.1 Tutela de urgência cautelar e tutela de urgência antecipada: disposições gerais	910
16.2 Tutela de urgência antecipada.....	916
16.3. Tutela de urgência cautelar	924
16.4 Tutela de evidência	937
17. DOS RECURSOS	943
17.1 Princípios gerais em matéria de recursos	943
17.2 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	945
17.3 Efeitos dos recursos	952
17.4 Embargos de declaração.....	954

17.5 Agravo de instrumento	958
17.6 Apelação	959
17.7 Agravo interno	960
17.8 Recurso especial e recurso extraordinário.....	961
18. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	969
18.1 Pressupostos gerais da execução civil.....	969
18.2 Da liquidação de sentença	977
18.3 Cumprimento de sentença.....	981
18.4 Cumprimento definitivo e cumprimento provisório de títulos executivos judiciais	991

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO CONSUMIDOR	997
1.1 A constitucionalização do direito do consumidor.....	997
1.2 Natureza jurídica das normas do código de defesa do consumidor	997
1.3 Fontes do direito do consumidor.....	998
2. A RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	999
2.1 O âmbito de aplicação do cdc: a relação jurídica de consumo	999
2.2 Conceito de consumidor	999
2.2.3 Consumidor por equiparação	1002
2.3 Conceito de fornecedor	1002
2.4 Objeto da relação de consumo	1003
2.5 Conceito de produto e de serviço.....	1003
2.6 Serviços públicos uti singuli	1003
2.7 Princípios norteadores do direito do consumidor	1004
2.8 Princípios da política nacional das relações de consumo	1006
3. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR	1009
3.1 Direitos básicos.....	1009
4. FATO DO PRODUTO OU SERVIÇO	1014
4.1 Teoria da qualidade	1014
4.2 O fato do produto ou serviço.....	1016
4.3 Responsabilidade civil por acidentes de consumo.....	1017
4.4 Dever de indenizar independente de vínculo contratual.....	1017
4.5 Os responsáveis pelo dever de indenizar.....	1018
4.6 Causas de exclusão da responsabilidade e o ônus da prova em favor do fornecedor	1019
4.7 Caso fortuito e força maior.....	1020
4.8 Responsabilidade especial ou subsidiária do comerciante	1020
4.9 Responsabilidade solidária do comerciante.....	1021
4.10 O direito de regresso e o descabimento da denúncia da lide	1021
4.11 Responsabilidade dos profissionais liberais.....	1022
4.12 Vítimas de acidentes de consumo	1023
4.13 Prazo prescricional.....	1023
5. VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO.....	1023
5.1 Vícios dos produtos ou serviços.....	1023
5.2 Incidentes de consumo	1025
5.3 Distinção entre incidentes e acidentes de consumo.....	1025
5.4 Responsabilidade objetiva e solidária do fornecedor de produtos ou serviços com vícios de qualidade ou quantidade.....	1026

5.5 Responsabilidade por vício do serviço e opções do consumidor	1027
5.6 Possibilidade de o fornecedor de sanar o vício: cabimento e prazo	1028
5.7 Sujeitos passivos.....	1030
5.8 Prazo para reclamação quanto a produtos ou serviços duráveis ou não-duráveis	1031
5.9 Garantia legal	1031
5.10 Garantia contratual	1032
6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	1032
6.1 Desconsideração da pessoa jurídica	1032
7. PRÁTICAS COMERCIAIS	1034
7.1 Introdução.....	1034
7.2 A oferta.....	1034
7.3 Princípio da vinculação da oferta e da publicidade	1036
7.4 A oferta não publicitária: dever de informar.....	1036
7.5 A lei nº 10.962/04.....	1037
7.6 O decreto nº 5.903, De 20 de setembro de 2006.....	1037

DIREITO DE EMPRESA

1. DIREITO EMPRESARIAL, EMPRESÁRIO E EMPRESA.....	1041
1.1 Conceito e características do direito empresarial	1041
1.2 Objeto do direito empresarial: dos atos de comércio aos atos de empresa	1041
1.3 Legislação concernente	1042
2. EMPRESÁRIO: CONCEITO, TIPOS, OBRIGAÇÕES E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1044
2.1 Fatores de produção	1045
2.2 Qualificação do empresário.....	1047
2.3 Quem pode ser empresário.....	1047
2.4 Espécies de empresário:.....	1050
2.5 Obrigações comuns a todos os empresários	1055
2.6 Desconsideração da personalidade jurídica	1057
3. REGISTRO DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO	1061
3.1 Noções gerais	1061
3.2 Atos de registro de empresa	1062
3.3 Inatividade da empresa mercantil.....	1062
4. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1063
4.1 Noções gerais sobre o estabelecimento empresarial.....	1063
4.2 Aviamento	1063
4.3 Trespasse.....	1064
4.4 Ponto empresarial	1065
4.5 Nome empresarial: firma ou razão social e denominação	1066
4.6 Da propriedade industrial.....	1067
4.7 Patentes	1067
4.8 Registro	1069

DIREITO REGISTRAL

1. INTRODUÇÃO	1073
1.1 Natureza jurídica do tabelião e do registrador	1075
1.2 Funções	1075
1.3 Diferenciação em relação a Juntas Comerciais	1076
1.4 Remuneração do tabelião	1077
1.5 Finalidades da atividade notarial	1078
1.6 Direito de Certidão.....	1078
1.7 Incompatibilidades e Impedimentos.....	1079
1.8 Fiscalização	1080
1.9 Extinção da Delegação	1081
1.10 Responsabilidade Civil do Notário/do Registrador	1083
2. REGISTRO IMOBILIÁRIO (RI).....	1085
2.1 Publicidade no Registro de Imóveis	1086
2.2 Base Física do Registro.....	1087
2.3 Princípios da Atividade Registral.....	1087
2.4 Atribuições do Registro de Imóveis.....	1100

DIREITO URBANÍSTICO

1. INTRODUÇÃO.....	1103
1.1 Base constitucional	1103
1.2 Estatuto da cidade como lei regulamentadora	1103
1.3 Federação brasileira de três níveis e regiões metropolitanas.....	1103
1.4 Posse e propriedade	1103
1.5 Propriedade – depende de registro no registro de imóveis – documento de transcrição ou matrícula	1104
1.6 Parcelamento do solo urbano por loteamento segundo a lei 6.766/79	1104
2. ESPÉCIES DE LOTEAMENTOS OBJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	1104
2.1 Objetivos da regularização.....	1105
2.2 Instrumentos de regularização fundiária	1106
3. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DO DIREITO URBANÍSTICO, DO PLANEJAMENTO URBANO E DA POLÍTICA URBANA	1106
3.1 Competências constitucionais noção de competências nas esferas federativas, privativa, residual e concorrente	1106
3.2 Novo paradigma de segurança	1107
3.3 Da política urbana na constituição.....	1108
4. ESTATUTO DA CIDADE (LEI 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, COM AS ALTERAÇÕES)	1109
4.1 Diretrizes gerais	1109
4.2 Dos instrumentos da política urbana	1111
4.3 Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	1112

4.4 Do IPTU progressivo no tempo	1113
4.5 Da desapropriação com pagamento em títulos	1113
4.6 Da usucapião especial de imóvel urbano.....	1113
4.7 Do direito de superfície	1115
4.8 Do direito da preempção	1116
4.9 Da outorga onerosa do direito de construir	1116
4.10 Das operações urbanas consorciadas	1117
4.11 Da transferência do direito de construir.....	1118
4.12 Do estudo de impacto de vizinhança	1118
4.13 Do plano diretor.....	1109
4.14 Da gestão democrática da cidade e disposições gerais do Estatuto da Cidade.....	1121
5. ESTATUTO DA METRÓPOLE (LEI 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015)	1121
5.1 Disposições preliminares	1121
5.2 Regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	1122
5.3 Da governança interfederativa	1123
5.4 Desenvolvimento urbano integrado	1125
5.5 Desenvolvimento urbano integrado e questões interfederativas	1125
5.6 Disposições importantes.....	1125
6. CONSÓRCIOS PÚBLICOS (LEI 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005)	1126

DIREITO PENAL

1. FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL - INTRODUÇÃO.....	1131
1.1 Conceito de direito penal.....	1131
1.2 Caracteres do Direito Penal	1131
1.3 Funções do Direito Penal	1132
1.4 Direito Penal Comum e Especial	112
1.5 A Ciência Conjunta do Direito Penal: Dogmática Penal, Política Criminal e Criminologia.....	1133
2. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL	1134
2.1 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	1134
2.2 Princípio da legalidade.....	1134
2.3 Princípio da culpabilidade.....	1136
2.4 Princípio da intervenção mínima	1137
2.5 Princípio da ofensividade ou lesividade.....	1137
2.6 Princípio da adequação social.....	1138
2.7 Princípio da insignificância.....	1139
2.8 Princípio ne bis in idem.....	1140
2.9 Princípio da humanidade das penas	1140
2.10 Princípio da individualização das penas.....	1141
2.11 Princípio da pessoalidade das penas	1142
2.12 Princípio da proporcionalidade.....	1142
3. FONTES DO DIREITO PENAL	1143
3.1 Conceito	1143
3.2 Fontes materiais, substanciais ou de produção	1144
3.3 Fontes formais, de conhecimento ou de cognição	1144

4. TEORIA DA NORMA PENAL	1146
4.1 Conceito e distinção entre norma penal e lei penal	1146
4.2 Interpretação	1147
4.3 Integração	1148
4.4 Lei penal em branco	1150
5. APLICAÇÃO DA LEI PENAL	1151
5.1 Lei penal no tempo	1151
5.2 Lei penal no espaço	1158
5.3 Lei penal em relação às pessoas	1161
6. O CONFLITO APARENTE DE NORMAS	1163
6.1 Significado	1163
6.2 Princípios para a solução do conflito aparente de normas	1164
7. TEORIA GERAL DO CRIME - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CRIME	1166
7.1 Conceitos de crime (formal, material, analítico)	1166
7.2 O crime na teoria geral do direito	1167
7.3 Classificação dos crimes	1167
7.4 Infração penal, crime e contravenção	1170
7.5 Crime e ato infracional	1170
8. TIPO E TIPICIDADE	1171
8.1 Tipo penal	1171
8.2 Tipicidade	1174
8.3 Elementos objetivos do fato típico (ou tipicidade objetiva)	1176
8.4 Elementos subjetivos do fato típico (ou tipicidade subjetiva)	1185
9. ANTIJURIDICIDADE OU ILICITUDE	1191
9.1 Conceito	1191
9.2 Estado de necessidade	1192
9.3 Legítima defesa	1194
9.4 Estrito cumprimento de dever legal	1197
9.5 Exercício regular de direito	1198
9.6 Consentimento do ofendido	1198
10 CULPABILIDADE	1199
10.1 Conceito	1199
10.2 Imputabilidade	1201
10.3 Potencial conhecimento da ilicitude	1203
10.4 Exigibilidade de conduta diversa	1205
10.5 Emoção e Paixão	1206
10.6 Causas supralegais de exclusão da culpabilidade: cláusula de consciência e desobediência civil	1206
11. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	1206
11.1 Conceitos	1206
11.2 Iter criminis	1207
11.3 Natureza e tipicidade da tentativa	1207
12.. CONCURSO DE PESSOAS	1209
12.1 Conceito	1209
12.2 Diferença entre autoria e participação	1211
12.3 Aspectos importantes do concurso de pessoas	1214
13. PUNIBILIDADE	1215
13.1 Conceito	1215
13.2 Causas extintivas da punibilidade	1215

13.3 Escusas absolutórias	1219
13.4 Condições objetivas de punibilidade	1219
14. PRESCRIÇÃO.....	1220
14.1 Conceito	1220
14.2 Prescrição da pretensão punitiva em abstrato	1222
14.3 Prescrição da pretensão punitiva em concreto retroativa	1225
14.4 Prescrição da pretensão punitiva em concreto intercorrente, superveniente ou subsequente	1226
14.5 Impossibilidade de prescrição penal antecipada, projetada, virtual ou antevista	1226
14.6 Prescrição da pretensão executória	1227
14.7 Prescrição da pena de multa.....	1228
14.8 Prescrição das penas restritivas de direitos	1229
15. CONCURSO DE CRIMES	1229
15.1 Conceito	1229
15.2 Espécies de Concurso de Crimes.....	1229
16. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO CRIME - PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	1236
16.1 Conceito	1236
16.2 Teorias da pena ou teorias sobre os fins da pena.....	1236
16.3 Espécies de pena.....	1238
16.4 Medidas de Segurança.....	1243
17. APLICAÇÃO OU FIXAÇÃO DA PENA	1245
17.1 Cominação da Pena	1245
17.2 Aplicação da pena privativa de liberdade.....	1247
17.3 Fixação do regime inicial da pena privativa de liberdade	1255
17.4 Substituição da pena privativa de liberdade.....	1256
17.5 Suspensão condicional da pena privativa de liberdade (sursis).....	1258
17.6 Aplicação da pena de multa.....	1261
18. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	1262
18. 1 Conceito	1252
18. 2 Efeitos secundários extrapenais	1263
18. 3 Reabilitação.....	1266
19. SUPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E TRANSAÇÃO PENAL.....	1267
19.1 Transação penal (art. 76 da Lei 9.099/90)	1267
19.2 Suspensão Condicional do Processo (art. 89 da Lei 9.099/90)	1268
20. EXECUÇÃO DA PENA	1269
20.1 Natureza jurídica da execução penal	1269
20.2 Princípios da execução penal.....	1270
20.3 Institutos da execução penal	1272

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	1283
1.1 Conceito, características e a norma processual penal	1283
1.2 Sistemas processuais penais e a evolução história da persecução penal no Brasil	1284
1.3 Princípios do direito processual penal	1285
1.4 Normas internacionais de proteção ao acusado	1290
1.5 Fontes, interpretação e integração da lei processual penal	1294
1.6 Aplicação da lei processual penal	1296

2. DA PERSECUÇÃO. DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	1299
2.1 Investigação preliminar	1299
3. AÇÃO PENAL	1318
3.1 Conceito, fundamento constitucional e características	1318
3.2 Condições da ação	1318
3.3 Pressupostos processuais	1320
3.4 Ação penal pública	1321
3.5 Ação penal privada.....	1324
3.6 Aspectos formais da inicial acusatória	1326
3.7 Aditamento, não-recebimento e rejeição da inicial acusatória	1326
3.8 Ação civil ex delicto.....	1327
4. ASPECTOS JURISDICIONAIS	1328
4.1 Jurisdição. Princípios e características	1328
4.2 Competência. Competência absoluta e competência relativa.....	1329
4.3 Critérios modificadores. Prorrogação de competência	1353
4.4 Perpetuatio jurisdictionis	1355
4.5 Julgamento por colegiado de juízes (lei 12.694/2012): Competência e estrutura de funcionamento.....	1356
5. PROVA	1358
5.1 Conceito, fontes, objeto, classificação.....	1358
5.2 Princípios da obtenção e produção probatória.....	1359
5.3 Sistemas de valoração da prova.....	1362
5.4 Provas ilegais.....	1362
5.5 Ônus da prova no processo penal.....	1365
5.6 Iniciativa probatória do juiz	1365
5.7 Prova emprestada	1366
5.8 Procedimento probatório	1367
5.9 Meios de prova em espécie	1367
5.10 Instrumentos legais de obtenção de prova: delação premiada, infiltração de agente policial em organizações criminosas, ação controlada	1378
6. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	1393
6.1 Questões prejudiciais.....	1393
6.2 Exceções.....	1394
6.3 Medidas assecuratórias	1397
6.4 Restituição de coisas apreendidas	1401
6.5 Incidente de falsidade.....	1402
6.6 Incidente de insanidade mental do acusado	1402
7. SUJEITOS PROCESSUAIS	1403
7.1 Juiz	1404
7.2 Ministério público	1406
7.3 Acusado e defensor.....	1408
7.4 Assistente de acusação	1409
7.5 Auxiliares da justiça.....	1410
8. MEDIDAS CAUTELARES	1411
8.1 Medidas cautelares pessoais	1411
8.2 Liberdade provisória e fiança	1423
8.3 Medidas cautelares diversas da prisão	1425
9. ATOS, FATOS E PRAZOS PROCESSUAIS	1428
9.1 Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	1429

9.2 Prazos processuais	1430
9.3 Comunicações processuais	1431
9.4 Citações.....	1431
9.5 Suspensão do processo e revelia	1435
9.6 Citação do militar, do funcionário público e do réu preso.....	1437
9.7 Intimações	1438
9.8 Atos judiciais	1438
9.9 Despachos.....	1439
10. PROCEDIMENTOS COMUNS E ESPECIAIS.....	1440
10.1 Processo: finalidade e sistemas processuais penais	1440
10.2 Procedimentos	1441
10.3 Procedimento comum	1442
10.4 Procedimentos especiais	1450
11. SENTENÇA.....	1471
11.1 Sentença absolutória	1471
11.2 Sentença condenatória	1473
12. NULIDADES	1480
12.1 Aspectos gerais	1480
12.2 Princípios	1481
12.3 Classificação	1482
12.4 Nulidades – rol legal.....	1484
12.5 Súmulas dos tribunais superiores	1485
13. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	1487
13.1 Conceito.....	1487
13.2 Princípios e caracteres	1487
13.3 Efeitos	1489
13.4 Pressupostos recursais.....	1490
13.5 Juízo de admissibilidade	1491
13.6 Recursos em espécie.....	1491
13.7 Revisão criminal	1504
13.8 Habeas corpus.....	1507
13.9 Mandado de segurança em matéria criminal	1511
14. EXECUÇÃO DAS PENAS.....	1513
14.1 Execução penal	1513
14.2 Medida de segurança.....	1531
14.3 Incidentes de execução.....	1533
14.4 Reabilitação	1535
14.5 Rito-padrão dos procedimentos incidentais e incidentes de execução	1536
14.6 Presídios federais.....	1537
15. RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA	1538
15.1 Cartas rogatórias.....	1539
15.2 Homologação de sentença estrangeira	1539
15.3 Deportação, expulsão e extradição	1540

DIREITO AMBIENTAL

1. DIREITO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE. CONCEITO. OBJETO. CARACTERÍSTICAS. CLASSIFICAÇÃO.....	1545
1.1 Direito ambiental e meio ambiente: conceito normativo e objeto.....	1545

1.2 Meio ambiente: características e classificação	1535
1.3 Fontes do direito ambiental	1548
2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL.....	1549
2.1 Princípios de direito ambiental	1549
2.2 Princípios em espécie.....	1550
3. TUTELA AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1561
3.1 Constitucionalização das normas de proteção ambiental e seus reflexos	1561
3.2 Sistematização das normas constitucionais aplicáveis à tutela ao meio ambiente	1563
3.3 Patrimônio genético.....	1564
3.4 Responsabilidade ambiental	1566
4. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL	1570
4.1 Repartição de competências em matéria ambiental	1570
4.2 Competência político-administrativa	1570
4.3 Competência legislativa	1572
4.4 A edição de uma norma regulamentadora da cooperação entre união, estados e municípios (Lei complementar nº 140/11)	1573
5. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1578
5.1 Introdução	1578
5.2 O sistema nacional do meio ambiente (sisnama) e órgãos integrantes.....	1582
6. POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	1584
6.1 Política nacional do saneamento básico	1584
6.2 Política nacional de resíduos sólidos.....	1588
6.3 Política nacional sobre mudança do clima	1591
7. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1597
7.1 Conceito	1597
7.2 Competência	1598
7.3 Tipos de licença: licença prévia, licença de instalação, licença de operação	1602
7.4 Atividades sujeitas ao licenciamento	1603
8. ZONEAMENTOS AMBIENTAIS.....	1605
8.1 Introdução	1605
8.2 Zoneamento ambiental.....	1606
8.3 Zoneamento industrial.....	1607
8.4 Outros zoneamentos	1610
9. ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA-RIMA)	1611
9.1 O estudo de impacto ambiental (eia).....	1611
9.2 Atividades que exigem prévio estudo de impacto ambiental	1612
9.3 Procedimento para a elaboração dos estudos ambientais	1613
9.4 Relatório de impacto ambiental (rima).....	1615
9.5 Audiência pública e consulta popular	1616
10. AUDITORIA AMBIENTAL	1617
10.1 Conceito e normatização	1617
10.2 Auditoria obrigatória.....	1618
11. POLUIÇÃO	1620
11.1 Conceito	1620
11.2 Formas de poluição.....	1621
12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS	1634
12.1 Poder de polícia	1634
12.2 Responsabilidade administrativa: pressupostos	1634

12.3 Infrações ambientais (decreto nº 6.514/2008)	1637
12.4 Dos prazos prescricionais	1641
12.5 Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais.....	1642
12.6 Medidas administrativas cabíveis por ocasião do auto de infração	1644
12.7 Procedimento relativo à destinação dos bens e animais apreendidos.....	1646
12.8 Procedimento de conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.....	1647

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO	1651
1.1 Sistemas administrativos e sistema administrativo brasileiro	1651
1.2 Constitucionalização do direito administrativo	1653
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO)	1655
2.1 Princípios fundamentais de direito administrativo.....	1657
2.2 Princípios específicos da administração pública	1659
3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	1673
3.1 Atividade administrativa	1674
3.2 Poderes e deveres do administrador público	1675
3.3 Uso e abuso de poder	1681
4. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1682
4.1 Controles internos e externos	1683
4.2 Controles administrativo, legislativo e jurisdicional	1685
4.3 Tribunal de contas (composição, competências, atuação)	1687
4.4 Conselho nacional do ministério público (composição, competências, atuação)	1689
5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROBIDADE ADMINISTRATIVA – A LEI Nº 8.429/92 ...	1691
5.1 Controle da probidade.....	1692
5.2 Atos de improbidade	1694
5.3 Sanções	1697
5.4 Procedimento judicial e medidas cautelares	1698
6. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A LEI Nº 12.846/13	1703
6.1 Destinatários.....	1703
6.2 Atos lesivos puníveis	1704
6.3 Responsabilidade administrativa	1705
6.4 Responsabilidade civil.....	1706
6.5 Acordos de leniência.....	1707
6.6 Cadastro nacional de empresas punidas	1708
7. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.....	1709
7.1 Desconcentração e descentralização.....	1710
7.2 Órgãos públicos	1711
7.3 Administração pública direta e indireta.....	1714
7.4 Entidades paraestatais e terceiro setor	1721
8. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	1723
8.1 Poderes administrativos e poderes políticos	1723
8.2 Poder vinculado	1723

8.3 Poder discricionário	1724
8.4 Poder hierárquico	1726
8.5 Poder disciplinar	1727
8.6 Poder normativo ou regulamentar	1728
8.7 Poder de polícia	1730
9. ATOS ADMINISTRATIVOS	1734
9.1 Conceito	1734
9.2 Requisitos, elementos ou pressupostos.....	1736
9.3 Atributos	1740
9.4 Classificações	1742
9.5 Espécies.....	1745
9.6 Teoria dos motivos determinantes	1747
9.7 Extinção, revogação e invalidação	1747
10. PROCESSO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	1751
10.1 Sujeitos.....	1752
10.2 Competência	1753
10.3 Atos processuais	1754
10.4 Princípios.....	1755
10.5 Fases	1757
10.6 Procedimento administrativo disciplinar e procedimentos investigatórios sumários	1763
11. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1765
11.1 Características	1765
11.2 Formalização	1766
11.3 Garantias	1767
11.4 Cláusulas essenciais e exorbitantes	1768
11.5 Duração e prorrogação contratual.....	1772
11.6 Pagamento da administração pública ao contratado, revisão e teoria da imprevisão	1774
11.7 Execução e extinção contratuais.....	1775
11.8 Principais contratos.....	1777
11.9 Convênios.....	1779
11.10 Consórcio público.....	1780
11.11 Contratos de gestão entre a administração e as organizações sociais licitação e assento constitucional	1782
12. LICITAÇÃO E ASSENTO CONSTITUCIONAL.....	1783
12.1 Princípios.....	1784
12.2 Modalidades de licitação	1785
12.3 Obrigatoriedade da licitação	1788
12.4 Dispensa de licitação.....	1788
12.5 Inexigibilidade de licitação	1793
12.6 Procedimento da lei nº 8.666/93	1794
12.7 Anulação e revogação da licitação	1798
12.8 Sanções penais.....	1798
12.9 Procedimento da lei nº 10.520/02	1801
12.10 O regime diferenciado de contratações.....	1801
13 AGENTES PÚBLICOS.....	1803
13.1 Classificação dos agentes públicos.....	1804
13.2 Classificação dos cargos públicos quanto ao provimento.....	1806

13.3	Acessibilidade a cargos, empregos e funções públicas.....	1807
13.4	Formas de provimento de cargos públicos.....	1808
13.5	Posse e exercício.....	1810
13.6	Formas de vacância de cargos públicos.....	1810
13.7	Responsabilidade administrativa, civil e criminal do servidor público.....	1814
14	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1814
14.1	Conceito.....	1815
14.2	Princípios aplicáveis aos serviços públicos.....	1816
14.3	Classificação.....	1818
14.4	Serviços públicos na Constituição Federal.....	1819
14.5	Regulamentação e controle.....	1820
14.6	Formas de prestação dos serviços públicos e delegação e outorga.....	1821
14.7	Concessão.....	1823
14.8	Permissão.....	1824
14.9	Formação de extinção das concessões e das permissões.....	1825
14.10	Autorização.....	1827
14.11	Parceria público-privada.....	1828
14.12	Convênios.....	1831
14.13	Consórcios.....	1833
15	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA.....	1834
15.1	Fomento das atividades privadas no interesse público.....	1837
16	BENS PÚBLICOS.....	1838
16.1	Regime jurídico: imprescritibilidade, impenhorabilidade, não onerabilidade e alienabilidade condicionada.....	1839
16.2	Aquisição e alienação.....	1840
16.3	Afetação e desafetação.....	1841
16.4	Formas de uso dos bens públicos.....	1842
16.5	Limites ao direito de propriedade.....	1842
16.6	Desapropriação.....	1843
16.7	Servidão administrativa.....	1846
16.8	Requisição administrativa.....	1847
16.9	Tombamento e registro.....	1847
16.10	Ocupação temporária.....	1849
16.11	Limitações administrativas.....	1849
17	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	1850
17.1	Teorias.....	1850
17.2	Fundamentos da responsabilidade civil do estado no direito brasileiro.....	1853
17.3	Causas excludentes e atenuantes de responsabilidade.....	1856
17.4	Responsabilidade civil do estado e atos emanados do poder legislativo e do poder judiciário.....	1857

DIREITO MUNICIPAL

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL. O MUNICÍPIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1861
--	-------------

2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA PARA SUA ORGANIZAÇÃO. CRIAÇÃO, DESMEMBRAMENTO, ANEXAÇÃO, INCORPORAÇÃO E FUSÃO DE MUNICÍPIOS. DIVISÕES ADMINISTRATIVA, JUDICIÁRIA E TERRITORIAL. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.	1861
3. AUTONOMIA MUNICIPAL. CONCEITO. SOBERANIA E AUTONOMIA. AUTONOMIA POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. PODER NORMATIVO E REGULAMENTAR. HIPÓTESES DE INTERVENÇÃO DO ESTADO.	1863
4. GOVERNO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA. COMPOSIÇÃO. PODER EXECUTIVO. PODER LEGISLATIVO. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES.	1865
5. FINANÇAS DO MUNICÍPIO. NORMAS CONSTITUCIONAIS. RECEITAS, DESPESAS E RENDAS PÚBLICAS. ORÇAMENTO MUNICIPAL. PODER IMPOSITIVO. TRIBUTOS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS	1867
6. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	1869
7. BENS MUNICIPAIS. GESTÃO. ONERAÇÃO. AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO	1869
8. SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS. MUNICIPALIZAÇÃO E GESTÃO DA SAÚDE	1870
9. PLANO DIRETOR. ORDENAMENTO URBANO. PROTEÇÃO AMBIENTAL. ESTATUTO DA CIDADE	1871
10. PODER DE POLÍCIA E POLÍCIA SANITÁRIA	1872
11. SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS. REGIME JURÍDICO	1872
12. RESPONSABILIDADES DO PREFEITO	1873

DIREITO ELEITORAL

1. DIREITOS POLÍTICOS	1877
1.1 Aquisição da cidadania	1878
1.2 Direitos fundamentais e direitos políticos	1878
1.3 Domicílio eleitoral e transferência	1879
1.4 Privação dos direitos políticos	1879
2. DIREITO ELEITORAL	1880
2.1 Conceito e fundamentos	1880
2.2 Fontes do Direito Eleitoral	1880
2.3 Princípios de Direito Eleitoral	1881
2.4 Hermenêutica eleitoral	1883
2.5 Poder representativo	1883
2.6 Sufrágio	1883
2.7 Organização eleitoral	1884
2.8 Sistemas eleitorais	1884
3. JUSTIÇA ELEITORAL	1885
3.1 Características institucionais	1885
3.2 Jurisdição especializada eleitoral	1885
3.3 Órgãos e composição	1886
3.4 Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral	1886
3.5 Competências	1887
3.6 Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições	1892
4. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1892
4.1 Procurador-Geral Eleitoral	1892

4.2 Promotores Eleitorais.....	1892
4.3 Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral	1893
5. CAPACIDADE ELEITORAL	1893
5.1 Requisitos	1894
5.2 Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.....	1894
5.3 Alistamento eleitoral.....	1895

DIREITO DO IDOSO

1. CONCEITO DE IDOSO	1901
2. O IDOSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1901
3. O IDOSO NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL	1902
3.1 Lei 8.742/93	1902
3.2 Lei 8.842/94	1903
3.3 Lei 10.741/2003 (Estatuto do idoso)	1904
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS DIREITOS DO IDOSO	1904
5. O ESTATUTO DO IDOSO	1905
5.1 Os direitos fundamentais do idoso.....	1906
5.2 As medidas de proteção	1912
5.3 A política de atendimento ao idoso.....	1913
5.4 Do acesso à justiça	1917
6. JURISPRUDÊNCIA DE DESTAQUE A RESPEITO DO DIREITO DOS IDOSOS.....	1921
6.1 Do critério financeiro para concessão do benefício da loas	1921
6.2 Da alteração de valor do plano de saúde em razão da idade	1922

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1927
1.1 Normas constitucionais gerais de tutela das pessoas portadoras de deficiência.....	1927
1.2 Normas constitucionais específicas de proteção às pessoas portadoras de deficiência	1927
2. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1930
3. A POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	1935
3.1 Princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos	1935
3.2 Lei nº 7.853/89 e Decreto nº 3.298/99	1937
4. A LEI Nº 10.048/00.....	1943
5. LEI Nº 10.098/00.....	1944
5.1 Disposições gerais	1944
5.2 Dos elementos da urbanização	1946
5.3 Do desenho e da localização do mobiliário urbano.....	1947
5.4 Da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo	1947
5.5 Da acessibilidade nos edifícios de uso privativo.....	1948
5.6 Da acessibilidade nos veículos de transporte coletivo	1948

5.7 Da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização	1949
5.8 Disposições sobre ajudas técnicas	1949
5.9 Das medidas de fomento à eliminação de barreiras.....	1949
6.LEI Nº 12.190/10	1950
7. DECRETO Nº 7.235/10.....	1950
8.ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	1952